

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA QUATORZE DE**
3 **AGOSTO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO**
4 **SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h39min. QUORUM DE ABERTURA:**

5 Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da
6 sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais); Gilmar da Silva Lima (representante do governo
7 - SEMDESC); Bárbara Monteiro Couto (representante da Sociedade Civil – Natal Justino da
8 Costa); Maria Martins da Silva Gomes (representante da Sociedade Civil – Natal Justino da Costa);
9 Severina Alda de Aguiar (representante da sociedade civil - Núcleo dos Assistentes Sociais); Ilma
10 Costa Marques (representação entidade assistencial - Associação Mão Amiga); Neuzira Cardoso
11 Otoni (representante da sociedade civil - representante dos Psicólogos); Junia Graciele Ribeiro
12 Mendes (representante do governo - SESAU) e Eudes Barbosa da Costa (representante do governo -
13 Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Larissa Carolina
14 Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área e Kamilla Sousa Sales, Assessora
15 Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. E como convidado José Rodrigues Gomes. Seguindo
16 para o primeiro ponto de pauta “*Aprovação dos relatórios SIM/SUAS de julho*”, Isabel explicou que
17 o Demonstrativo Físico Mensal da Proteção Básica não foi disponibilizado pelo sistema, e que em
18 contato com a Divisão de Vigilância e Monitoramento do estado, foi informada tratar-se de um
19 problema do referido sistema, o que não acarretará nenhum prejuízo aos municípios, sendo que será
20 disponibilizado para preenchimento no mês seguinte. Mas que de qualquer forma, foram
21 apresentados em reunião os relatórios enviados pelos equipamentos, os quais embasam o
22 preenchimento dos sistemas, tanto estadual quanto federal. E ainda o relatório comparativo dos
23 últimos meses. Na análise dos dados, Lucidalva observou que ocorreu um decréscimo no número de
24 atendimentos do CREAS, levantando-se questionamentos sobre quais seriam os motivos, como por
25 exemplo, a mudança de local, sugerindo assim que a Comissão de Acompanhamento retorne ao
26 referido equipamento para uma visita nas novas instalações. Ainda durante a análise dos dados,
27 quando da verificação dos dados da APAE, Neuzira falou de dificuldades no atendimento aos
28 encaminhamentos feitos ao Centro Especializado de Reabilitação – CER, especificamente com
29 relação à junta reguladora, a qual está sendo mantida com apenas a representante da política de
30 Educação, quando deveria estar operando com representantes da saúde, da assistência social e
31 educação. Diante o exposto foi deliberado enviar ofício à Secretaria Municipal de Saúde, ao
32 Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania e
33 ainda à Gerencia Regional de Saúde – GRS, pedindo providências quanto ao problema elencado.
34 Após análises, passou-se os relatórios para apreciação, tendo sido aprovados da seguinte forma:
35 Eudes (aprova); Ilma (aprova) Júnia (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva (aprova); Maria (aprova)
36 e Neuzira (aprova). Seguindo ao segundo ponto de pauta “*Relatórios da Comissão de Análise de*

37 *Pedido de Inscrição, acerca dos Relatórios 2013 e Planos de Trabalho 2014 das Entidades*
38 *Inscritas*”, Lucidalva explicou que houve a saída de membro, o que dificultou a conclusão dos
39 mesmos. Diante o exposto, a conselheira Júnia se dispôs a compor a referida Comissão, decidindo-
40 se por apresentação dos documentos em reunião posterior. Passando ao terceiro ponto de pauta
41 *“Apresentação dos últimos relatórios de visitas de fiscalização a rede sociassistencial”*, Lucidalva
42 solicitou a leitura do relatório de visita as Casas Lares, que realizam o acolhimento institucional de
43 crianças e adolescentes. Durante a leitura elencaram algumas dificuldades que perpassam escassez
44 de recursos e falta de cuidadores. Na oportunidade, o conselheiro e secretário Gilmar falou que
45 infelizmente, os problemas elencados procedem e que dependem de manifestação do Judiciário e do
46 Ministério Público para contratação de profissionais para recomposição do quadro de cuidadores.
47 Na oportunidade Lucidalva questionou se a deliberação do CMAS quanto ao repasse federal estaria
48 sendo cumprida, ou seja, sendo repassado para a manutenção das Casas Lares. Gilmar colocou que
49 foi informado por Eliane do Controle Interno da Prefeitura, que após contato com o Ministério do
50 Desenvolvimento Social – MDS, obteve a informação de que não poderia ter mudado o repasse para
51 as Casas Lares, retirando o recurso da Mão Amiga, e sim pleitear a expansão do recurso. Foi
52 explicado que em outra consulta ao MDS, especificamente ao Departamento responsável pelo
53 serviço de acolhimento, foi orientado que o município deve observar o que consta no termo de
54 convênio realizado com a entidade, e a partir daí, verificar a possibilidade de uma revogação do
55 estabelecido, e que quanto à destinação do recurso, é uma prerrogativa do município junto com o
56 Conselho decidir e que quanto a solicitação de ampliação de vagas para cofinanciamento, depende
57 de abertura de expansão qualificada dos serviços, o que não deverá ocorrer mais neste ano. Diante o
58 exposto, deliberou-se por solicitar uma cópia do convênio para análise minuciosa pela Comissão, e
59 posterior posicionamento do Conselho. Retornando a discussão do relatório de visita às Casas
60 Lares, Severina Alda falou de sua preocupação diante questões que vão além do provimento de
61 abrigo e alimentação, que percebe que não há um planejamento do trabalho, que as atividades são
62 aleatórias. Gilmar sugeriu que convidassem os técnicos e a coordenadora do serviço para próxima
63 reunião. Severina Alda discordou, reafirmando que torna-se necessário o envio de cópia do
64 planejamento para respaldar um posicionamento do Conselho, o que já teria sido solicitado
65 anteriormente, porém sem retorno, e que o mesmo deverá ser entregue antes da reunião conjunta
66 com o CMDCA, que será no próximo dia 21. Lucidalva ressaltou as responsabilidades de todos
67 diante os fatos, principalmente do órgão gestor, na pessoa do secretário enquanto tutor das crianças
68 e adolescentes. É preciso todos assumirem seus papéis, inclusive Ministério Público e Judiciário,
69 com vistas a solucionar o problema. Passando aos demais relatórios, Lucidalva solicitou a leitura do
70 relatório de visita ao CRAS Pólo 2, o qual constatou diversos problemas, incluindo más condições
71 de locação dos equipamentos. Gilmar esclareceu que concorda com o exposto, e que a situação vem
72 já de algum tempo, mas que o prefeito garantiu a construção de sedes próprias, o que deverá

73 resolver a questão. Lucidalva ressaltou que seja observado com cuidado a localização dos terrenos
74 disponíveis para a construção, considerando o melhor atendimento às necessidades da população.
75 Lucidalva demonstrou preocupação com relação a manutenção da Casa de Apoio à Gestante, que
76 apesar da deliberação do Conselho, parece que as atividades continuam acontecendo, incluindo
77 confecção de enxoval, perfazendo o direito às gestantes atendidas naquele pólo, a dois benefícios
78 eventuais de auxílio natalidade. Severina Alda falou de sua percepção durante as visitas, de uma
79 falta grave de entrosamento da equipe de profissionais, com desvios de função, falta de coordenação
80 e outros. Lucidalva falou da necessidade de um maior acompanhamento do órgão gestor junto aos
81 equipamentos, com vistas a correção destas distorções, que constituem-se graves entraves ao
82 oferecimento de um serviço de qualidade e em consonância com as normativas. Gilmar justificou a
83 precariedade em que a SEMDESC vem operacionalizando a política, e que apesar de entender essa
84 necessidade, não vislumbra como isso possa ocorrer no momento. Passando a leitura do relatório de
85 visita ao CRAS Pólo 1, foram pontuados diversos problemas, perpassando más condições do imóvel
86 e ainda a inadequação do mesmo para funcionamento do serviço, lembrando que a deliberação da
87 última Conferência Municipal, de que o equipamento deveria ser transferido para um bairro mais
88 vulnerável, não foi cumprida. Outro fator referiu-se a existência de uma coordenação de recursos
89 humanos, porém sem qualificação técnica compatível com a necessidade. E ainda a destinação de
90 sala específica para profissionais que não realizam atendimento, quais sejam, a coordenadora de
91 recurso humanos e a pedagoga, sendo que esta última trabalha meio expediente, enquanto a
92 assistente social e a psicóloga dividem a sala com os agentes sociais, ficando impossível o
93 atendimento dos mesmos. Quanto a mudança de endereço do local, Gilmar justificou a dificuldade
94 de encontrar um imóvel adequado nas imediações dos bairros Cachoeira e Politécnica, que está com
95 imóvel em vista que deverá ser visitado. E novamente reforçou a escassez de profissionais para
96 coordenação dos equipamentos, com compatibilidade técnica para a função. Lucidalva ressaltou não
97 tratar-se de um posicionamento pessoal, mas que o quadro de profissionais conforme a NOB-RH,
98 exige parâmetros técnicos profissionais. Severina Alda pontuou ainda que as visitas realizadas
99 reforçaram a constatação de que não existe um trabalho coeso da rede socioassistencial, o que
100 transforma a ação direcionada aos usuários num ciclo vicioso e ineficiente. Na oportunidade,
101 Lucidalva solicitou o envio pela gestão, de um demonstrativo de aplicação dos recursos alocados no
102 Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e ainda os planos de trabalho dos equipamentos
103 públicos estatais ligados à SEMDESC, ao Conselho. Severina Alda lembrou a necessidade de a
104 Lei Orçamentária Anual – LOA ser analisada pelo Conselho antes de ser enviada para a Câmara.
105 Terminados os pontos de pauta, passou-se aos “*Informes Gerais*”. Lucidalva falou que com relação
106 ao acompanhamento das PCHs, a Comissão realizará visita ao canteiro de obras da PCH – Mata
107 Velha, juntamente com o CMAS de Cabeceira Grande, no próximo dia 19. Passando a leitura de
108 ofício do CEAS, o mesmo relatava a importância do CMAS estar atento a elaboração do orçamento

109 anual e as destinações de recurso para as ações necessárias a manutenção da política. Em seguida
110 fez a leitura de ofício de encaminhamento do Plano Plurianual de Assistência Social 2014/2017, o
111 qual será analisado pela Comissão de Análise de Instrumentos Legais, para ser deliberado em
112 reunião posterior. Abrindo a palavra, a conselheira Severina Alda colocou que foi procurada pela
113 presidente da Associação do PA São Miguel para falar dos fatos discutidos na última reunião, e que
114 esclareceu a mesma que encerrada a reunião, não pode posicionar-se como Conselho, uma vez que
115 este é um órgão colegiado, e que dessa forma não trataria do assunto com a mesma. Lucidalva
116 relataram que também foi procurada pela assistente social Raquel, sendo esclarecido a mesma o
117 papel fiscalizador do Conselho, no recebimento de denúncias, porém que a apuração das mesmas
118 são encaminhadas aos órgãos competentes, findando a princípio, o assunto no âmbito deste CMAS.
119 Desse modo, a presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Isabel
120 Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes em reunião.
121 **ENCERRAMENTO:16h15min.**